O ASSISTENTE SOCIAL E SEU PAPEL NA EFETIVAÇÃO DE GARANTIAS DE DIREITOS DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NAS APAES

Renata Alves da Silva Farias*
Marisa Aparecida Simões Freitas**

JUSTIFICATIVA

Segundo pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia (2010) no Brasil, há aproximadamente 24 milhões de pessoas que possuem alguma incapacidade ou deficiência, número equivalente a 14,5% de toda a população brasileira.

Segundo Neri (2003) a deficiência se dá por uma limitação seja ela física, mental, visual ou auditiva que trazem incapacidades ou impossibilidades de realizar tais tarefas, esse transtorno pode ser temporal quando manifestada no decorre de sua vida, por um acidente ou uma doença que venha a se desenvolver, ou a deficiência ou permanente inclui-se anomalia consiste na má formação de um órgão ou qualquer outra parte do corpo humano, inclusive as funções psicológicas cerebrais ou intelectuais, esse conjunto de problemática muitas vezes representa ao usuário uma descriminação que segue acarretado por estereótipos atribuídos que lhes afastam de uma vida em sociedade, devido as suas diferenças.

> O modelo médico considera a deficiência como um problema da pessoa, diretamente causado por uma doença, trauma ou condição de saúde, que requer cuidados médicos prestados em forma de tratamento individual por profissionais (BARTALOTTI, 2010, p. 18).

Di Nubila e Buchalla (2008) discorrem que a deficiência tem como característica a incapacidade de desempenhar atividades consideradas normais para o dia a dia do ser humano, essa impossibilidade é refletida nas atividades da própria pessoa, tais como seus comportamentos a atividades fundamentais para a vida diária. Assim trazem desvantagem e limitações para o desempenho também de atividades referente a sua idade sexo, gênero, e de socialização, porém de forma alguma a pessoa portadora de deficiência pode ter sua vida prejudicada em função da problemática da sua doença.

*Acadêmica do curso de Serviço Social da Faculdade União de Campo Mourão – UNICAMPO
**Professora, Assistente Social da UNICAMPO, graduada pela UEL (Universidade Estadual de Londrina), 2005.
ISSN: 2358-5803

Segundo Neres (2001), ao longo da história, a assistência aos pobres, crianças abandonadas e deficientes passou a ser trabalho da Igreja, que começou a sofrer por não ter condições de manter atendimento a todos. Concomitantemente, o Estado passou a responder por essas pessoas com ajuda de recursos financeiros. Na medida em que a burguesia buscava ascensão, pressionava-se o Estado para organizar-se em torno de uma nova ordem que lhe possibilitasse assegurar riqueza e acumulação.

Com o passar do tempo, a pessoa com deficiência, que antes recebia somente abrigo e alimentação, passa a receber atendimento educacional, já que pode ser aproveitado para o trabalho, sendo capaz de contribuir para sua própria sobrevivência. Sendo assim, não pode mais ser considerado incapaz, deficiente, excepcional, mas sim “pessoa com deficiência” (MORENO, 200, p.109).

No Brasil, os decretos e leis dedicados às pessoas com necessidades especiais, iniciou seu movimento, em 1856, quando D. Pedro I instaurou o “Imperial Instituto de Meninos Cegos” e, mais tarde, o “Imperial Instituto de Surdo-Mudos”. A partir dessa iniciativa, outras foram sendo tomadas, como a abertura de duas instituições para deficientes mentais, uma em 1874 e outra em 1887, com ensino regular que atendia também deficientes visuais e físicos (JANNUZZI, 1985).

De acordo com Brasil (2010), o entendimento do conceito relativo à deficiência vem evoluindo em todo o mundo, especialmente após a década de 60, quando se formulou um conceito que reflete a estreita relação entre as limitações que as pessoas com deficiência experimentam, a estrutura do meio ambiente e as atitudes da comunidade. Após ter declarado o ano de 1981 como Ano Internacional da Pessoa Deficiente, a Organização das Nações Unidas (ONU) aprovou, em 1982, o Programa de Ação Mundial para Pessoas com Deficiência. A Organização dos Estados Americanos editou a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência, em 1999, a qual foi promulgada, no Brasil, pelo Decreto nº 3.956/01. Tais documentos ressaltam o direito das pessoas com deficiência a terem oportunidades iguais, para usufruírem as melhorias nas condições de vida resultantes do desenvolvimento econômico e do progresso social. Estabeleceram-se diretrizes para as áreas da saúde, educação, emprego e renda, seguridade social, legislação, orientando os estados membros na elaboração de políticas públicas.

E no momento atual é imprescindível pensarmos na inclusão de todas as pessoas na sociedade, já que a pessoa com deficiência já não é mais aquele "incapaz" de agir e atuar no meio em que vive, podendo ser um verdadeiro cidadão, ela, como qualquer outro cidadão, possui direitos e deveres, que estão garantidos na Constituição Federal de 1988. As pessoas com deficiência necessitam ser compreendidas como pessoas capazes de interagir e estar em meio a todos os outros.

Partindo desse pressuposto, torna-se importante refletir qual o papel do assistente social na efetivação de garantias de direitos de pessoas com deficiência na *Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE)*[1].

OBJETIVO GERAL

Analisar qual o papel do Assistente Social na efetivação de garantias de direitos de pessoas com deficiência nas APAES.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Compreender as mudanças ocorridas no papel do Estado no sistema capitalista.
- Analisar o papel do terceiro setor frente a efetivação dos direitos sociais.
- Apontar quais são as legislações brasileiras que garantem direitos a pessoas com deficiência.
- Verificar qual a importância do trabalho realizado pelas APAES para a inclusão das pessoas com deficiência no meio social.
-Discutir o papel do Serviço Social frente ao seu trabalho realizado nas APAES.

METODOLOGIA

A metodologia usada será de pesquisa bibliográfica.

Segundo Lakatos; Marconi (1991, p. 66) "a pesquisa bibliográfica trata-se do levantamento, seleção e documentação de toda bibliografia já publicada sobre o assunto que está sendo pesquisado em livros, enciclopédias, revistas, jornais, folhetos, etc".

[1] **Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE): Segundo a Federação Nacional das APAES a primeira do país foi fundada em 1954, no Rio de Janeiro e caracteriza-se por ser uma organização social, cujo objetivo principal é promover a atenção integral à pessoa com deficiência, prioritariamente aquela com deficiência intelectual e múltipla**

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 6. ed. São Paulo: BOITEMPO, 2002 .

ARANHA, M. S**. Integração Social do Deficiente:** Análise Conceitual e Metodológica. Temas em Psicologia, número 2, 1995, pp. 03. Ribeirão Preto, Sociedade Brasileira de Psicologia.

BARTALOTTI, C. C. **Inclusão social das pessoas com deficiência:** utopia ou possibilidade? 2. ed. São Paulo 2006, 2º ed, 2010 São Paulo: Paulus.

BUSCAGLIA, L. F.; **Os Deficientes e Seus Pais/Um Desafio ao Aconselhamento.** 6ª ed. Rio de Janeiro, 2010

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Política Nacional de Saúde da Pessoa com Deficiência / Ministério da Saúde,** Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. – Brasília : Editora do Ministério da Saúde, 2010.24 p. : il. – (Série B. Textos Básicos de Saúde)

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5 ed. São Paulo? Atlas, 1999.

JANNUZZI, G. **A luta pela educação do deficiente mental no Brasil**. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1985.

KAMIMURA. A. L. M. **O Programa Estadual para a Diversidade numa Perspectiva Inclusiva:** princípios, ações e percepções. Dissertação de Mestrado em Educação. Universidade Federal de Uberlândia, 2010.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica.** 3ª ed. São Paulo: Atlas, 1991.

MAIOR, I. M. M. **As Políticas Públicas Sociais Para as Pessoas Portadoras de Deficiência no Brasil.** São Paulo: Atlas, 1997.

MORENO, B. S. **O Portador de Necessidades Especiais no Processo Civilizador.** Revista “Perspectivas Contemporâneas”, v. 14, 2007.

NERES, C. C. **Os Portadores de Necessidades Especiais:** aspectos históricos. Campinas, São Paulo, 2001.

NÓBREGA, M. **Cartas do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia. 1988.

PESSOTTI, I. **Deficiência mental**: da superstição à ciência. São Paulo. USO, 1984.

CRONOGRAMA

Atividade	**Período**								
	Mar	**Abr**	**Mai**	**Jun**	**Jul**	**Ago**	**Set**	**Out**	**Nov**
Revisão do Projeto	X	X							
Revisão Bibliográfica	X	X	X	X	X	X	X	X	
Coleta de dados				X	X				
Analise dos dados						X	X		
Elaboração da versão do artigo		X	X	X	X	X	X		
Apresentação para Pré-banca							X		
Revisão do texto								X	
Apresentação final									X